

# A ilusão de África

Joaquim Vieira

**N**O espaço de década e meia, a África que fala português vive a sua segunda descolonização. Desta vez, não para se libertar da tutela administrativa de um país europeu, mas sim da tutela ideológica de um modelo falido. Sem dúvida que os processos de maior ou menor abertura, ilusórios ou não, que decorrem em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde são uma consequência secundária mas directa das transformações políticas da URSS e do Leste europeu e demonstram a projecção planetária do imenso projecto que Gorbachov decidiu empreender a partir de Moscovo. Desaparecida a protecção paternalista a cuja sombra os regimes de partido único da África lusófona se acolhiam desde a independência, desaparecida a ajuda económica «desinteressada», desaparecido o escudo militar, desaparecido enfim o sistema de referências político-ideológicas, nada subsiste agora a manter o cordão umbilical que desde a nascença ligou esses cinco países subnutridos ao bloco em desagregação.

Foram precisos 15 anos para a África lusófona compreender que essa dependência não lhe trazia a felicidade. Claro que os dirigentes já o sabiam, mas a manutenção do sistema era para eles condição «sine qua non» de perpetuação do seu domínio. Agora que os ventos mudaram de feição, é o contrário: quanto mais depressa souberem proceder ao «aggiornamento», maiores garantias possuem de conservarem os cargos. A lição vem mais uma vez do Leste, onde a intransigência se pagou caro. É certo que há situações em que algo se muda na tentativa de que tudo fique na mesma. É pouco provável, porém, que o dique não acabe por ceder em algum ponto.

**P**RESENTINDO o vazio criado, os dirigentes políticos portugueses apressaram-se nas últimas semanas na tentativa de reocupar um espaço privilegiado de relação com as antigas colónias. Numa mesma semana, o Presidente da República resumiu o quadro teórico dessa intervenção no seu discurso sobre a «hora de voltar a África» (pronunciado sintomaticamente nas celebrações do 25 de Abril), enquanto o Governo a levava à prática patrocinando em solo português o arranque de conversações que se pretendem frutíferas entre o MPLA e a UNITA, na busca de uma solução de paz para Angola (sem dúvida, a «jóia da coroa» entre os PALOP).

E gerou-se nos últimos tempos uma tal expectativa em volta de África que o regresso ao continente é já sentido nos espíritos como um desígnio nacional. Vive-se a atmosfera

de arranque para um novo ciclo africano, depois de encerrado o Império e de ultrapassado o trauma da descolonização.

No entanto, que sentido faz repetir a rota das caravelas? Em que condições poderão os portugueses desembarcar de novo nas ex-colónias? Como conjugar a estabilidade do matrimónio com a Europa com o desejo dessa aventura com uma amante que se teve em tempos? Valeria a pena discutir estes tópicos para saber se o apelo de Mário Soares faz algum sentido, mas o debate tem sido virtualmente inexistente.

**É** PRECISO que se diga que o discurso oficial sobre África assenta numa mistificação e alimenta-se dela. Ao contrário do que a vaidade nacional proclama a toda a hora, os portugueses nada têm de se orgulhar pela sua presença de 500 anos em terras subsaarianas. Foi como possuir como animal de estimação um elefante na varanda de um apartamento de duas assoalhadas. O dono acabou por abandonar na rua o bicho, sujo e esqualido, depois de teimosamente o querer conservar. Não teve sequer a mínima preocupação em garantir o seu futuro.

Se Portugal não pôs de pé as estruturas económicas, políticas e institucionais que permitissem a estes países um grau mínimo de autonomia, muito menos realizou uma descolonização estável, digna e transparente. Como resultado, a estagnação e a degradação das condições de vida das populações acabariam por se agravar depois da independência.

Seria útil também que se pusessem de lado os estafados «clichés» acerca da «multirraciedade» da colonização lusitana. Os portugueses em África não foram menos racistas do que outros povos europeus (prova-o a atitude da comunidade lusitana na África do Sul, agora com fortes simpatias pela extrema-direita). Foram sim racistas de modo diferente. Eram (e são) alvo de um racismo na Europa (vejam-se as recentes declarações de Bernard Tapie, presidente do Olympique de Marselha, depois do encontro com o Benfica), indo para África com a atitude do mordomo perante o moço de estrebaria. Daí a miscigenação de que os mais elitistas não seriam capazes, nunca praticada numa base de igualdade mas de subjugação das comunidades nativas.

**É** INEGÁVEL, porém, que deste modo se acabou por formar a «comunidade de língua, de cultura e de afectos» de que fala Soares. Os africanos lusófonos dialogam com os portugueses melhor que com qualquer outra comunidade e ambi-

cionam pela sua presença de novo a seu lado (muitos nunca viveram tão bem como nesse tempo). Mas Portugal não pode ter ilusões. Precisa de perder a megalomania, compreendendo que não vai fazer agora o que não conseguiu em cinco séculos. Precisa de se bater pela integração no seu espaço natural que é a Europa, não usando África como escape ao sentir-se marginalizado comunitariamente. Precisa de desenvolver a sua cultura, europeia, humanista e ocidental. Precisa, por fim, de elaborar um projecto para África que tenha em conta estas realidades. Ao contrário do que sucedia no século XV, hoje já não há lugar no mundo para aventureirismos.

*A «perestroika» chegou aos países africanos de língua oficial portuguesa. Com maior ou menor sinceridade, os dirigentes das ex-colónias declaram a sua conversão à democracia e querem apostar na economia de mercado.*

*Os partidos únicos abrem-se à concorrência, as populações são chamadas a votar, há promessas de liberdades, a pena de morte tem os dias contados. Os enviados do EXPRESSO aos cinco PALOPs fazem neste número de «A Revista» o balanço global das transformações, desenvolvendo nas próximas semanas a situação em cada um desses países*

**PALO**

Dos nossos enviados José Pedro

**S**UBITAMENTE, a ideia democrática começou a espalhar-se em África. A tese, ainda há pouco tempo sustentada, de que a democracia era um luxo dos países desenvolvidos do Ocidente, está a ser completamente varrida por um número cada vez mais expressivo de dirigentes africanos, que pretendem fazer, com maior ou menor sinceridade, a sua reciclagem para a democracia. Curiosamente, é em alguns países de expressão portuguesa, como São Tomé e Cabo Verde, que este processo vai mais adiantado, tornando-se em autênticos laboratórios de ensaio político.

Nas últimas semanas, O EXPRESSO esteve nas cinco ex-colónias portuguesas, tentando aferir o ritmo e o grau dessas mudanças. De São Tomé e Príncipe — onde uma Constituição semelhante à portuguesa aguarda a entrada

em vigor — até Angola — onde se salienta como grande mudança o facto de os pequenos proprietários poderem aderir ao partido único — as dinâmicas têm alguns traços comuns, mas cadências muito diferenciadas.

Em Cabo Verde a opção pela democracia parlamentar parece ser já irreversível; na Guiné-Bissau é a liberalização da economia que dita as regras; e, em Moçambique, há um debate profundo sobre a necessidade do pluripartidarismo.

**A falência do monolitismo**

Nenhum dos dirigentes destes países reconhece explicitamente que a «perestroika» de Gorbachov foi decisiva nestas mudanças. No entanto, todas as grandes decisões políticas que as envolveram foram tomadas já depois da fa-







# Ps: o fim da infância

**Castanheira** (em Cabo Verde e Guiné-Bissau), **Henrique Monteiro** (em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) e **Luiz Carvalho** (fotos)

lência do socialismo no Leste europeu.

Como em todos os países africanos de partido único, o processo de decisão começou dentro da própria direcção partidária. Se em São Tomé, Cabo Verde e Guiné está, deliberadamente, em causa a consagração constitucional de cada um dos partidos como força dirigente da sociedade e do Estado, já em Angola e em Moçambique o motor das transformações é a necessidade de acabar com a guerra.

Em São Tomé, as primeiras alterações visíveis dão-se em Janeiro de 1988, com uma grande remodelação governamental. Carlos Graça, anteriormente condenado a 24 anos de prisão por conspirar contra o Presidente, e exilado no Gabão, entra para o Governo como ministro dos Negócios Estrangeiros e torna-se, juntamente com Celestino da

Costa (também regressado ao país para exercer o cargo de primeiro-ministro) no principal impulsionador da abertura. Reingressado no MLSTP, esquecendo o que ele próprio ainda hoje considera uma «conspiração estaliniana» contra si, acaba por convencer o Presidente Pinto da Costa de que a democracia é a única solução viável.

Na cidade da Praia, o PAICV apanha o «primeiro susto» nas eleições legislativas de 1985, marcadas por uma preocupante abstenção. No Congresso de 1988, é já a abertura que está na ordem do dia. O seu principal motor é o primeiro-ministro, Pedro Pires, para quem o modelo de partido único «esgotou as suas virtualidades em Cabo Verde». O apoio do Presidente Aristides Pereira e dos quadros mais jovens do partido trava decisivamente as resistências de parte do aparelho.

No próximo ano, Cabo Verde será um país de modelo ocidental.

Em Moçambique, após a morte de Samora Machel, em 1986, os moderados apostam em Joaquim Chissano, que beneficiou das hesitações de Marcelino dos Santos, considerado um «duro». As primeiras reformas verificam-se no campo económico, ao passo que no plano político a ideia de uma profunda revisão da Constituição nasce ainda com Samora. No V Congresso da FRELIMO, realizado no ano passado, a abertura ganha novo impulso, perante a impotência da ala conservadora, formada por Marcelino dos Santos, Sérgio Vieira e Teodoro Hunguana. Moçambique volta-se decididamente para o Ocidente e, em Janeiro deste ano, os Estados Unidos riscam-no da lista dos estados marxistas-leninistas. Por fim, Chissano — que parece longe

de controlar todas as rédeas do poder — decide encetar negociações directas com a Renamo e encarar de vez a questão da paz.

Em Luanda, José Eduardo dos Santos impõe a sua liderança no MPLA-PT, tentando utilizar a mesma receita de Chissano. Só que, em Angola, as resistências são muito maiores. Ao contrário de Moçambique, onde Samora sempre desconfiou dos soviéticos, o regime de Luanda foi considerado pela URSS como integrante do campo socialista, para o que terá contribuído o peso do «internacionalismo» cubano. Enquanto o Presidente e homens como Van Dunen «Loy», França «Nda-lu» e Lopo do Nascimento, entre outros, pretendem avançar no caminho de paz e da abertura democrática, Lúcio Lara e Roberto de Almeida fazem contravapor, tomando posições que o embaixador

em Londres, Luís Neto Kiam-bata, não se coíbe de tornar públicas.

Nino Vieira é, de todos os cinco líderes, o que maior peso tem no respectivo partido, a que não será estranho o facto de ter sido o único que conquistou o poder pela via do golpe militar. Depois do fuzilamento do grupo liderado por Paulo Correia, em 1986, não existe oposição visível à liderança de Nino no PAIGC. Ao mesmo tempo, tem-se feito um notório esforço no sentido da recuperação de todos quantos, em tempos, foram afastados — caso, por exemplo, do ex-primeiro-ministro Vítor Saúde Maria, nomeado há dois meses presidente da Câmara de Bissau. Desde 1988 que está aberto o debate sobre o futuro do partido e do seu papel na sociedade. Para já, o horizonte é a transformação do PAIGC numa ampla frente que venha a admitir no

seu seio tendências organizadas.

## Directas, já

Onde o processo de abertura está mais atrasado é na Guiné-Bissau e em Angola. Em ambos os países vão realizar-se congressos extraordinários dos respectivos partidos, que são considerados decisivos. O do PAIGC está anunciado para Novembro e o do MPLA, marcado inicialmente para Dezembro, deverá ser antecipado para Julho. Só depois será possível avaliar a profundidade das reformas. No caso de Angola, e no âmbito das negociações com a UNITA, o pluripartidarismo está prometido para depois do cessar-fogo, num prazo de três a cinco anos. Na Guiné, foi formada uma comissão «ad-hoc» para preparar a revisão da Constituição.

(Continua na página 6-R)



Sinais de mudança

	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	GUINÉ-BISSAU	CABO VERDE	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Partido/Líder	MPLA-PT José Eduardo dos Santos	FRELIMO Joaquim Chissano	PAIGC Nino Vieira	PAICV Aristides Pereira	MLSTP Manuel Pinto da Costa
Congresso	Congresso Extraordinário antecipado para Julho	V Congresso ordinário, em 1989. Início das reformas políticas	Congresso Extraordinário em Novembro	Congresso Extraordinário em 25 a 28 de Julho	Conferência Nacional em 1989, aberta a não militantes Aprovação das reformas
Constituição	Revisão após o Congresso do partido e no âmbito do processo de paz	Está em curso a discussão pública do ante - projecto elaborado pela Frelimo. Aprovação em Julho.	Revisão está a ser preparada por uma comissão ad-hoc, no seio do partido	Revisão pontual no fim do Verão para permitir eleições livres. Revisão global em 1991	Revisão aprovada pela Assembleia. Referendo popular em breve
Eleições	Previstas para depois do cessar-fogo, e no prazo de três a cinco anos	Presidenciais em 1991, abertas a mais do que um candidato. Em discussão o multipartidarismo	Legislativas foram em 1989, por voto indirecto e lista única	Presidenciais em Novembro Legislativas e autárquicas logo a seguir. Todas por voto universal, directo e secreto	Presidenciais em Julho. Legislativas e autárquicas depois. Todas por voto universal, directo e secreto
Oposição	Principal força é a UNITA, que move uma luta armada. FNLA tenta reagrupar-se. ACA e Democratas Independentes estão a mexer	RENAMO com oposição armada. FUMO e CUNIMO com actuação no exterior	Movimento Bafatá, do qual não se conhece actuação no interior do país.	Formado em Março o MPD, com carácter frentista e que vai concorrer às eleições. UCID e UPIC(R) estão a organizar-se	Grupo de Reflexão (centro-esquerda), Frente Nacionalista (direita), coligação UDISTP/ADNSTP e Miguel Trovoada vão concorrer às eleições
Pena de morte e presos políticos	Pena capital tem sido aplicada. Presos políticos não quantificáveis	Há pena de morte. Presos políticos são também prisioneiros de guerra	Pena de morte tem sido aplicada. Não há presos políticos desde Janeiro.	Nunca houve pena de morte. Não há presos políticos há mais de dez anos.	Pena de morte nunca foi aplicada. Não há presos políticos desde Abril
Liberdades	Recolher obrigatório. Censura institucionalizada. Proibição de partidos políticos	Não há liberdade de imprensa. Partidos estão proibidos. Algumas manifestações são toleradas	Não há liberdade de imprensa. Partidos políticos estão proibidos.	Há imprensa privada. Toleradas as greves e as manifestações.	Não há liberdade de imprensa. Greves, manifestações e partidos são tolerados
Reformas económicas	Abertura ténue à iniciativa privada	Acordo com o FMI. Abertura crescente à iniciativa privada e grandes apoios internacionais	Acordo com o FMI. Total abertura à iniciativa privada	Abertura crescente à iniciativa privada. Grandes apoios internacionais.	Acordo com o FMI. Desestatização completa.
Alinhamento internacional	Não é reconhecido pelos EUA. A URSS considerou-o país socialista. Progressiva abertura ao Ocidente. Pertence ao SADCC e à Linha de Frente. Boas relações com Portugal.	Boas relações com os EUA. Não alinhado. Pertence ao SADCC e à Linha da Frente. Boas relações com Portugal	Não alinhado. Crescente abertura ao Ocidente. Excelentes relações com Portugal	PAICV vai pedir adesão à Internacional Socialista. Não alinhado. Óptimas relações com Portugal	MLSTP vai pedir adesão à Internacional Socialista. Não alinhado. Membro da Comunidade da África Central. Óptimas relações com Portugal

(Continuação da página 5-R)

Em São Tomé as transformações foram mais rápidas. Procede-se ao recenseamento eleitoral da população, as leis dos partidos e eleitoral esperam a aprovação na Assembleia e a Constituição, redigida pelo constitucionalista português Jorge Miranda, já foi aprovada pelo Parlamento e será sujeita a um referendo popular antes de Julho. Nessa altura, terão lugar as eleições presidenciais, já com liberdade de candidaturas e partidos políticos, prevendo-se a apresentação do ex-primeiro-ministro Miguel Trovoada, actualmente exilado em Paris, como principal opositor de Pinto da Costa. Todas estas decisões, que a Oposição critica por demasiado céleres, foram tomadas em Dezembro último, no decorrer de uma Conferência Nacional do MLSTP, pela primeira vez aberta a não militantes e que levou as reformas mais longe do que o esperado pela direcção do partido.

Em Cabo Verde, o Congresso Extraordinário do PAICV, convocado para finais de Julho, deverá ratificar o calendário das mudanças, que tem sido sucessivamente apressado, em grande parte por pressão dos opositores. O processo eleitoral implica uma revisão pontual da Constituição, a ter lugar depois do Verão. As primeiras eleições livres, por sufrágio universal e directo, serão para o Presidente da República e decorrerão em Novembro. A candidatura oficial do PAICV está a ser disputada entre Aristides Pereira e Pedro Pires. Seguir-se-ão as legislativas e autárquicas. A revisão global da Lei Fundamental será feita logo após as legislativas, em 1991.

Em Moçambique, depois do V Congresso do partido, espera-se que a nova Constituição — onde se assegura que a Frelimo deixa de ser a força dirigente da sociedade e que os tribunais e Forças Armadas deixam de ser controlados pelo partido — esteja aprovada em Junho. Para o ano, haverá eleições presidenciais, tendo Chissano assegurado ao EXPRESSO que haverá liberdade de candidaturas.

Oposições reconhecidas

Nas duas grandes ex-colónias — Angola e Moçambique —, a exigência da democracia surge como componente do processo de paz. Por muito que se duvide dos ideais democráticos da UNITA e, sobretudo, da Renamo, a verdade é que essa questão está



inscrita nos programas dos dois movimentos rebeldes. Resta saber se, como disse Joaquim Pinto de Andrade ao EXPRESSO, não se corre o risco de «os senhores da guerra partilharem o poder entre si, negando a palavra aos outros».

Para além dos movimentos que pegaram em armas, outras oposições existem. Em Moçambique, mas sobretudo no exterior, subsistem movimentos como a Fumo ou a Cunimo, que a Renamo acusa de serem mais ou menos «fantoches» da Frelimo com vista a uma abertura que exclua os rebeldes. A questão do pluripartidarismo está actualmente em discussão, sem que Chissano se pronuncie a favor ou contra.

Em Angola, especialmente em Luanda, nasceu a ACA — Associação Cívica Angolana —, dirigida por Joaquim Pinto de Andrade e que congrega vários dissidentes do MPLA. Também o recente Congresso dos Quadros Angolanos, em Lisboa, revelou que existem vários elementos com peso político que não se revêem nem no MPLA, nem na UNITA e que pretendem ter uma voz activa no seu país. A desactivada FNLA parece, igualmente, pretender reagrupar-se. Seja como for, qualquer processo político de abertura nestes países passa obrigatoriamente por negociações com a oposição armada, que controla, ou pelo menos desestabiliza, largas fatias do território.

Situação bem distinta é a dos países onde não há guerra, e, em particular, nos dois arquipélagos, onde a unidade nacional não é prejudicada pela existência de diversas etnias — argumento que, em África, tem servido, frequentemente, como justificação do monopartidarismo.

Em São Tomé há várias oposições, cujas diferenças políticas não são claramente destrincháveis. O mais importante será o Grupo de Reflexão — que vai passar a partido político — e que tem à sua frente dissidentes do MLSTP, como Daniel Daio ou Costa Alegre. Este movimento apenas admite apoiar Trovoada na base de uma negociação prévia. A Frente de Resistência Nacional, liderada pelo recém-libertado Afonso dos Santos, que tentou um golpe de estado há dois anos, assume-se como de direita e nunca apoiará Trovoada, prometendo apresentar um candidato próprio às eleições. No exterior conhecem-se a UDISTP e a ADNSTP, que pensam fazer uma frente. Por último, o pró-

prio Trovoada, não tendo uma estrutura organizada, será, porventura, aquele que maior movimento popular pode desencadear.

Em Cabo Verde estão a ser dados todos os passos no sentido da instauração de um regime pluripartidário. Tudo indica que o PAICV venha a ser confrontado com uma influente oposição, praticamente unida em torno do Movimento Para a Democracia (MPD), que nasceu formalmente em Março último, em torno de uma «declaração» que colheu a assinatura de quase seis centenas de personalidades. Trata-se de uma frente ampla, liderada pelo deputado independente Carlos Veiga, um advogado da Praia, e que integra desde expulsos do partido, por suspeita de «trotsquismo», até quadros do aparelho de Estado, passando por destacadas figuras da Igreja Católica, como o padre Fidalgo Barros. O MPD não esgota a oposição caboverdiana, subsistindo algumas siglas e movimentos como a UCID, com implantação em alguns núcleos de emigrantes, e a UPIC(R), que também prometem intervir na luta democrática.

Na Guiné-Bissau a vida política continua dominada pelo espectro dos fuzilamentos de há quatro anos. Oposição a sério não existe — só fora do país, reunida em torno do Movimento Bafatá, desconhecendo-se quaisquer ligações ao interior do território. A luta política acaba, deste modo, por ser travada no interior do próprio PAIGC, onde as teses crescentemente liberais defendidas por Manuel dos Santos «Manecas», actual ministro das Finanças, se defrontam com o classismo da teoria do ideólogo Vasco Cabral. A última palavra, contudo, nunca deixou de pertencer ao presidente Nino. O pluripartidarismo não parece para já, devido ao risco de ele poder ser associado ao tribalismo, realidade que se transformou na principal condicionante da evolução do regime.

Excepção feita à Guiné-Bissau (com pouco mais de 10 por cento de cristãos), a Igreja tem tido um papel de relevo nas transformações. Em Angola e Moçambique, durante muitos anos, foram vozes praticamente isoladas no apelo à reconciliação nacional, sob a forma de negociações, além de canais privilegiados na circulação de informação entre os beligerantes. Em Cabo Verde e em São Tomé, onde há 90 por cento de católicos, a hierarquia foi, até



Próteses no Centro de Reabilitação de Mutilados de Guerra, nos arredores de Luanda...

agora, praticamente o único interlocutor do partido único, além de ter intervindo na resolução de alguns problemas humanitários.

#### Ausência de liberdades

Os desejos de abertura, porém, não se traduziram, até ao momento, na implementação das liberdades e garantias características dos regimes democráticos. À excepção de Cabo Verde, a pena de morte existe em todos estes países, tendo sido aplicada por diversas vezes, desde a independência, na Guiné, em Angola e em Moçambique. Neste últi-

mo país, o projecto de Constituição da Frelimo já a proíbe e na Guiné o problema começa a ser abordado.

Obviamente, nos últimos tempos, a repressão tem sido atenuada, ao ponto de a Amnistia Internacional não incluir São Tomé e Moçambique (e, naturalmente, Cabo Verde) no seu rol de países com presos políticos. Na própria Guiné-Bissau, os últimos detidos por razões políticas foram libertados no princípio do ano, antes da visita do Papa João Paulo II. Também em São Tomé, o grupo que tentou invadir o país há cerca de dois anos, utilizando pirogas, foi

amnistiado e libertado na passada semana.

Em Angola, as FAPLA continuam sem conseguir desmentir o uso de napalm e fósforo no combate à UNITA, enquanto em Moçambique, quer a Renamo, quer as Forças Armadas têm sido acusadas de efectuar massacres sobre as populações.

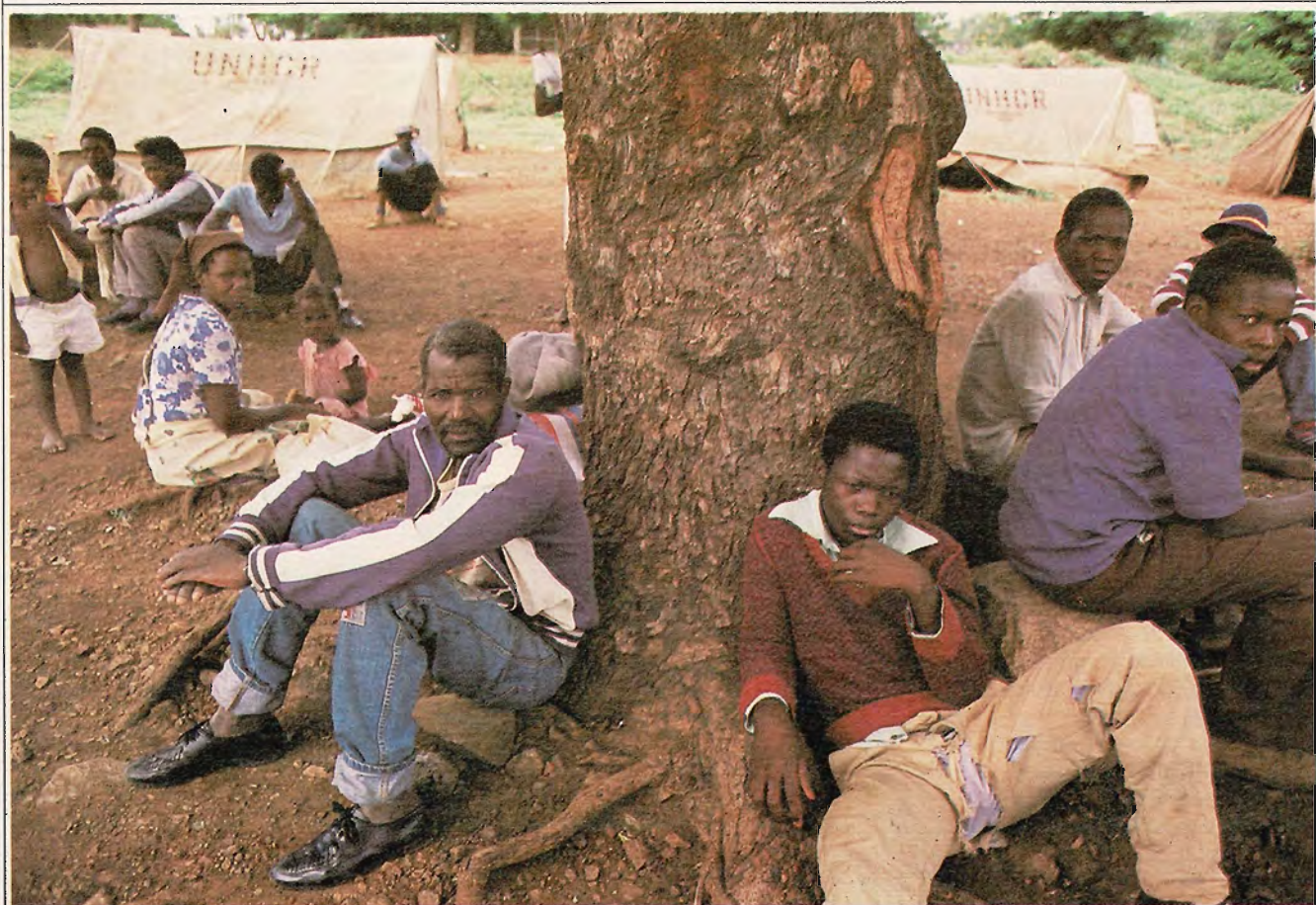
O único país no qual existe imprensa privada é Cabo Verde — o mensário católico **Terra Nova**, publicado no Mindelo. Os órgãos de informação oficiais têm noticiado, discretamente, as iniciativas da oposição e as acções de contestação ao regime.

Angola é, ao invés, o país que mais longe levou o conceito de propaganda na Comunicação Social, a ponto de a própria televisão e a rádio, dirigidas por Roberto de Almeida (responsável da esfera ideológica do MPLA), se encarregarem de fazer «spots» a favor do partido único. Apesar de tolerada, a ACA não vê nenhuma iniciativa sua referida na imprensa.

Em São Tomé não é publicado qualquer jornal. Apesar de todas as declarações, são censurados programas na televisão e informações na rádio,

(Continua na página 8-R)

#### ... e refugiados em Moçambique: a necessidade de acabar com a guerra como motor das transformações





## PALOPS

(Continuação da página 7-R)

embora recentemente fosse transmitido um debate político com elementos da oposição.

Em Moçambique, onde a imprensa tem mais qualidade, não se podendo considerar independente, são publicadas críticas a certos abusos e deficiências do poder. A denúncia das deficiências tem sido igualmente ensaiada pela televisão de Bissau, que completou seis meses de vida. Na Guiné, a liberalização da economia está em vias de chegar também à Comunicação Social, admitindo-se para muito breve a criação de uma rádio privada, embora lançada por membros do Governo.

De manifestações e greves como forma de protesto há sinais em três países. Em Cabo Verde, as manifestações de rua datam já de alguns anos — estudantes, no Mindelo, e contra a Lei do Aborto, na Praia. No mês passado registou-se um ensaio de greve entre os funcionários dos correios. Em Moçambique foram noticiadas greves de portuários, serviços de saúde e de professores, estes últimos responsáveis por uma grande manifestação de protesto no Maputo. No próprio dia 1 de Maio, durante as comemorações oficiais, Chissano viu-se confrontado com cartazes da população que reclamava contra o aumento do custo de vida.

Em São Tomé, alguns trabalhadores de roças entraram em greve por não lhes pagarem os salários, enquanto que os assalariados da Marconi fizeram um movimento reivindicativo com algumas paralisações. Por último, em Angola, onde subsiste o recolher obrigatório, entre a meia-noite e as cinco da manhã, as únicas manifestações de rua da oposição são feitas pela UNITA e cada vez mais perto de Luanda. A ACA tem resumido as suas acções a debates e seminários, não indo mais longe do que a SEDES antes do 25 de Abril.

### 8-R Revolução na economia

É, no entanto, no campo económico que se verificam algumas das transformações mais radicais — quase sempre anteriores às reformas políticas. O estatismo parece estar condenado a prazo em todos países de expressão portuguesa, dando lugar a um forte desejo de investimento estrangeiro e à criação de classes empresariais nacionais.

Todos os cinco são agora membros do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, considerados outro-



As capitais (na foto, Luanda) têm servido de «balão de ensaio» das transformações económicas...

ra os instrumentos privilegiados do capitalismo imperialista. Moçambique, São Tomé e Guiné estão mesmo a aplicar as receitas daquelas instituições financeiras, recorrendo ao tradicional aperto do cinto, à desvalorização da moeda e ao entendimento do mercado como principal mecanismo da economia.

A relativamente boa situação da economia caboverdiana livrou-a do recurso àqueles programas de reestruturação; Cabo Verde é o país que mais apoio internacional recebe «per capita», sendo conhecido mundialmente como o que melhor aplica aquelas ajudas. Como resultado, é o único dos cinco que viu melhorar o nível de vida depois da independência.

Em Moçambique, o choque é brutal. Em pouco mais de três anos o metical passou a valer 25 vezes menos e, ainda

assim, o seu preço no mercado oficial é apenas metade do seu preço real. A uma fase em que todos os moçambicanos tinham dinheiro, sem nada terem para comprar, sucede-se agora o inverso — desde que a lei do mercado começou a funcionar, as lojas estão cheias, mas o poder de compra é nulo. Isto está a obrigar o Governo a tentar negociar uma política social com o FMI. Na verdade, em Moçambique estima-se que o rendimento «per capita» seja da ordem dos 60 dólares anuais, o que provoca um enorme fosso entre os dignitários da Frelimo e do Estado e a população. Daí que em Moçambique se diga que do PRE (Programa de Reabilitação Económica), os dirigentes «passaram ao PRI — Programa de Reabilitação Individual».

A situação não é muito diferente na Guiné-Bissau. Já

ninguém fala em construir o socialismo, pois o que está na ordem do dia é a construção do capitalismo. Tal como em Moçambique, existe já um banco privado e a economia está tendencialmente sujeita às leis do mercado. Entre os principais beneficiários da privatização está a própria nomenclatura do PAIGC e do Estado, que não consegue furtar-se a frequentes acusações de corrupção.

Os santomenses dizem que são o único país do mundo que tem um Presidente, um primeiro-ministro e um rei. O «rei» é Herllinger, principal investidor estrangeiro, dono (a meias com o Estado) das linhas aéreas do país, possuidor de concessões turísticas por 99 anos, patrão da companhia de carga aérea Transafrik e responsável pela pesquisa de petróleo no arquipélago. O Governo pretende ainda pri-

vatizar todas as roças, unidades de exploração agrícola, designadamente do cacau, onde assenta a economia do país. É, dos cinco, o país onde os ex-proprietários portugueses estão em melhores condições para voltar a operar.

Angola, apesar de ter aderido ao FMI, ainda não aplicou qualquer das suas receitas mais típicas. É certo que se vai falando em iniciativa privada e que o investimento estrangeiro é bem visto, mas subsiste a economia de guerra, caracterizada por uma total «dolarização» e por um mercado negro, de divisas e de bens, florescente, que funciona sob a complacência do regime. Os produtos básicos, teoricamente assegurados pelo Estado, são racionados e quase inexistentes.

### Social-democracia

Uma das coisas mais difíceis de encontrar nos países africanos de expressão portuguesa é um marxista-leninista. Em Angola, afirma-se que apenas cerca de 12 por cento dos militantes do MPLA o são; na Frelimo, o conceito deixou de fazer sentido; Pinto da Costa nega tê-lo sido alguma vez e entre os herdeiros de Amílcar Cabral são raros os que se reconhecem no centralismo democrático.

Esta situação revela, a um tempo, o fracasso do modelo ideológico decalcado do socialismo real, e a falência dos investimentos do Leste nestes países. A URSS e os seus aliados apostaram, sobretudo, no campo militar, na formação de quadros e no apoio aos aparelhos partidários. A coo-

peração prestada nos domínios dos serviços, da indústria e da agricultura, mostrou-se, ora desadequada, ora menos vantajosa do que os programas ocidentais (o que todos reconhecem, à excepção de Angola).

Por outro lado, a «perestroika» soviética teve como efeito o desinteresse do Leste pelo auxílio à maioria dos países da África negra. Os primeiros sinais disso foram o encerramento da missão da RDA na Guiné-Bissau, o corte de numerosas bolsas de estudo em países do Leste e a exigência de pagamento imediato do material bélico fornecido a Angola.

A social-democracia e a Internacional Socialista parecem ser as referências do futuro. O PAICV e o MLSTP preparam-se para pedir a adesão à IS; a Fundação Ebert, ligada ao SPD alemão-federal, vai abrir um escritório na capital de Cabo Verde e até o MPLA passou a fazer gala dos seus contactos com o Partido Socialista português.

É também neste contexto que as relações com Portugal melhoram substancialmente, sobretudo por parte de Angola e Moçambique, com os quais se chegara a momentos de grande tensão. O pragmatismo do Governo de Cavaco Silva — revelado, por exemplo, aquando do assassinato em Portugal do dirigente da Renamo Evo Fernandes —, contrastando com o ideologismo de Mário Soares, foi outro dos factores para esse incremento.

Cabo Verde e São Tomé elegeram Lisboa como a principal capital da cooperação, ao mesmo tempo que Portugal ocupa uma posição de crescente relevo no comércio com os outros três países.

Saradas as principais feridas da descolonização, as cinco ex-colónias encontram em Portugal um parceiro conhecedor das suas realidades, indispensável à reestruturação administrativa e ao desenvolvimento económico de cada um deles e uma porta aberta para a CEE.

Do lado português, o vector africano, já não confundido nem com o terceiro-mundismo nem com opções neocoloniais, tornou-se num dos poucos consensos nacionais, e em factor de especificação no contexto europeu.

Os processos de paz em Angola e Moçambique e as transformações políticas e económicas nos cinco, não deixarão de reforçar ainda mais esta tendência para a reaproximação entre Portugal e África.

... que já provocaram um grande aumento do custo de vida em Maputo

